

País e FMI concordam sobre corte de gastos

JOSÉ MEIRELLES PASSOS

Correspondente

WASHINGTON — Técnicos do Ministério da Fazenda e funcionários do Fundo Monetário Internacional chegaram ontem à uma conclusão vital, no segundo dia de reuniões que têm como objetivo um acordo para liberação de um empréstimo para Brasil ainda este ano. Ambas as partes concordaram que para eliminar, ou pelo menos diminuir, o déficit orçamentário, em vez de tentar ampliar a arrecadação — o que, a esta altura, só poderia ser feito através do aumento de impostos — o Governo deve gastar menos.

Os representantes do Fundo Monetário entendem que para o Governo brasileiro seria muito difícil, do ponto de vista político, criar novos impostos ou alterar as alíquotas dos já existentes, para elevar a sua receita. Por isso, os dois lados concluíram que o jeito é cortar as despesas que hoje asfixiam o País.

O Brasil terá, então, de analisar, em curto prazo, vários itens para cumprir essa meta. Segundo funcionários que tiveram acesso à discussão de ontem, esses pontos seriam a folha de pagamento do funcionalismo público, os subsídios, a transferência de fundos a Estados e Municípios, e outras despesas de capital.

Os brasileiros já anteciparam aos representantes do FMI que, no que diz respeito à folha de pagamento, a situação é do tipo "fato consumado", como afirmou um dos funcionários do Ministério da Fazenda enviados a Washington. Ou seja, o Governo poderia fazer pouca coisa para cortar aí: a solução seria a de simplesmente impedir que haja um aumento no total dessa folha.